

# EDUCAÇÃO INDÍGENA, QUILOMBOLA E EDUCAÇÃO DO CAMPO

## A educação escolar no projeto de vida de jovens negros e quilombolas

*Eva Aparecida da Silva*<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Este trabalho toma como referência a pesquisa “Jovens quilombolas e seus projetos de vida”, em desenvolvimento com jovens de três comunidades remanescentes de quilombo do município de Teófilo Otoni/MG (São Julião, Cama Alta e Córrego Novo), para refletir sobre o papel da educação escolar na construção de seus projetos de vida.

Essa pesquisa, financiada pela FAPEMIG, tem o objetivo de compreender o processo de construção dos projetos de vida de jovens, na faixa de 15 a 29 anos<sup>2</sup>, negros, rurais e quilombolas, homens e mulheres, por meio da apreensão de quem são, como vivem, o que pensam, sentem sobre suas potencialidades e limites, condições sócio-econômicas, educacionais e culturais, bem como sobre as adversidades e aos seus projetos de futuro. Para isso conta com a participação de vinte (20) jovens da comunidade São Julião, dezesseis (16) da Cama Alta e quatorze (14) da Córrego Novo.

A coleta de dados está sendo feita por meio de três instrumentos: questionário socioeconômico e cultural, para traçar o perfil dos jovens investigados, entrevista individual semi-estruturada e reuniões de grupo, empregando a técnica de Roda de Conversa.

### COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO DE TEÓFILO OTONI/MG

Na mesorregião do Vale do Mucuri, Minas Gerais, foram pré-identificadas, pelo Centro de Estudos Eloy Ferreira da Silva - CEDEFES (2008), dezenove comunidades remanescentes de quilombo<sup>3</sup>. No entanto, ao contrário de cinco comunidades do município de Teófilo Otoni (Imburama, São Julião, Cama Alta, Fazenda Pedra Azul e Margem da Linha ou Palmeiras), tal como identificadas pelo CEDEFES, registramos apenas quatro – Córrego Novo, São Julião, Cama Alta e Margem da Linha ou

<sup>1</sup>Graduada em Ciências Sociais (UNESP); Mestre e Doutora em Educação (Faculdade de Educação/UNICAMP); Professora Adjunta da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros – NEAB

<sup>2</sup>De acordo com o Estatuto da Juventude, Lei 12.852 de 05/08/2013, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade, sendo que aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de 13/07/1990, e, “excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente”.

Palmeiras (quilombo urbano).

Em pesquisa realizada, Silva (2010) identificou que os Imburamas representam um dos quatro núcleos familiares que compõem a comunidade Córrego Novo, e a Fazenda Pedra Azul um dos pequenos núcleos de povoamento da comunidade Marques I, localizada no município de Carlos Chagas e não de Teófilo Otoni.

A formação da maioria das comunidades quilombolas de Minas Gerais aconteceu após a abolição da escravidão. Muitas famílias negras migraram para grotões, terras desabitadas ou margens de fazendas, poucas receberam terras doadas de seus antigos senhores ou compraram pequenas terras nas fazendas onde trabalhavam (CEDEFES, 2008). Normalmente, elas se fixavam em áreas rurais de difícil acesso.

Para Silva (2010), com base em Ribeiro (s/n), pode-se pressupor que a formação de comunidades remanescentes de quilombo no Vale do Mucuri se deu no final do século XIX, momento em que a posse ou “compra” da terra resulta de movimentos migratórios do alto Jequitinhonha para o baixo Jequitinhonha e Mucuri.

Segundo Ribeiro (s/n), os principais motivos que levaram a essa migração são: o esgotamento das lavras de ouro e diamante e das lavouras, bem como as duas grandes secas ocorridas nos anos 1890 e 1930. Em sua maioria, migravam “os jovens e os libertos do cativo procurando terras sem donos, levando apenas machado, isqueiro, coragem e necessidade” (p.19).

No caso de São Julião e Cama Alta a apropriação inicial da terra se deu por posse, e de Córrego Novo por “compra”. No entanto, as apropriações posteriores, feitas pelos descendentes dos seus respectivos fundadores, se deram por transmissão, via herança (SILVA, 2010).

Característica comum a essas três comunidades é o fato de se distanciarem do modelo de quilombo formado por escravos fugidos e se aproximarem da idéia de grupo étnico, coletivos que se estabeleceram em terras ocupadas e nelas reproduzem seus modos de vida característicos, com base numa história comum, construída a partir de vivências e valores compartilhados (ARRUTI, 2003).

<sup>3</sup>Três em Ataléia, duas em Carlos Chagas, três em Fronteira dos Vales, duas em Nanuque, quatro em Ouro Verde de Minas e cinco Teófilo Otoni. Estima-se que, hoje, o número de comunidades quilombolas do Mucuri tenha aumentado.

O processo de construção da identidade remanescente de quilombo em São Julião, Cama Alta e Córrego Novo, entretanto, ocorre num tempo e espaço próprios. No caso da São Julião esse processo está referenciado na experiência da comunidade Marques, que viveu o pleito pela titulação de suas terras quando ameaçada pela construção da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Mucuri.

A possibilidade de Marques perder seu território para a hidrelétrica, seja pelo deslocamento forçado de famílias, seja pelo deslocamento negociado e indenizado, bem como seu reconhecimento como remanescente de quilombo, fez com que São Julião, em particular suas lideranças, se questionasse sobre “*ser quilombola*”.

Segundo seus líderes, as histórias contadas pela matriarca da comunidade acerca da situação de discriminação a qual foram submetidos seus bisavós e avôs ganham significado, e indicam serem eles “*descendentes de negros*” ou de “*ex-escravos*”. Rememorar essas histórias parece significar a busca por elementos de identidade que permitam a construção como remanescentes de quilombo.

A liderança da comunidade Cama Alta, embora também conhecedora do “caso Marques”, mesmo que à distância, toma São Julião como referência no processo de auto-reconhecimento como remanescente de quilombo. Por sua vez, Córrego Novo, afastada das outras duas, ainda não tem clareza acerca de sua identidade quilombola.

**Cama Alta** fica a 45 km do município de Teófilo Otoni, no distrito de Brejão. De acordo com o relato dos mais velhos, o primeiro a chegar, no início do século XX, foi o “velho capixaba”, que “comprou o pedaço de terra nas mãos de outro”, sem, contudo, se valer de um documento de compra e propriedade da terra. Em seguida, por volta do ano de 1915, vieram outros da região de Salinas (norte de Minas Gerais), “fugidos da seca”, adentraram na mata, “abriram posse” e construíram suas casas. Os moradores contam que o nome dado à comunidade se deve à expressiva presença de onças no que era o “roçado” daquela época, o que fazia com que as “camas” se encontrassem no alto. Essa comunidade conta com 113 habitantes e 35 famílias. Entre os seus

habitantes temos: doze (12) adolescentes, na faixa etária de 12 a 14 anos, e vinte e oito (28) jovens, na faixa de 15 a 29 anos.

**São Julião**, também conhecida como Lavra dos Pretos, devido à concentração de minérios na região, está situada a 83 km de Teófilo Otoni, próxima ao distrito de Maravilha. Segundo a matriarca da comunidade, os primeiros moradores vieram de um lugarejo próximo à cidade de Jequitinhonha - ao que tudo indica Felisburgo. Essa cidade não seria, entretanto, o local de origem desse processo migratório, mas sim alguma outra do estado da Bahia. A formação da São Julião também está ligada à fuga das famílias da Guerra do Paraguai (1864-1870), pois se acreditava que os jovens seriam recrutados para compor a frente de batalha, e à busca por melhores condições de vida e de um lugar para fixar residência. Os descendentes dos fundadores somam-se a outros núcleos familiares e muitos deles têm uma relação de parentesco uns com os outros, fazendo da São Julião uma grande parentela. A comunidade possui 259 habitantes (22 adolescentes e 68 jovens) e 62 famílias.

**Córrego Novo** está a 40 km de Teófilo Otoni, no distrito de Topázio, pertencente ao município de Teófilo Otoni. Segundo um dos membros mais velhos da comunidade, seus pais chegaram à região do Vale do Mucuri onde hoje está Córrego Novo por volta de 1929 e já encontraram ali instalado “Manezinho da Cachoeira”, de quem compraram a terra, e os Imburamas, que “abriram posse” na mata ainda pouco povoada. De suas lembranças sobre a infância, ele destaca as experiências vividas com situações extremas, como: as noites de frio em que dormia próximo a uma pequena fogueira feita no interior da casa e acordava com as pernas chamuscadas pela brasa (os sinais que ainda avivam essas memórias podem ser vistos nas cicatrizes que ficaram em suas pernas); a pouca roupa que podia cobrir seu corpo, uma espécie de “tanguinha”, feita de tecido tipo saco; e as refeições, pouco variadas, cujo prato principal era quase sempre o “coió”, tubérculo que deveria ser cozido no sal para tirar o efeito de uma substância que parecia cortar a língua até sangrar. A comunidade é composta por 04 núcleos familiares, 173 habitantes, sendo 13 (treze) adolescentes e 46 (quarenta e seis) jovens, e 46 famílias.

Consideradas suas especificidades, as experiências dessas três comunidades se cruzam, especialmente no que diz respeito às condições de vida e à construção da identidade remanescente de quilombo. São Julião é certificada pela Fundação Cultural Palmares, possui uma Associação quilombola e busca a titulação de suas terras junto ao INCRA. Cama Alta dá os primeiros passos rumo à certificação e à constituição da associação, e Córrego Novo ainda articula timidamente terra e território a uma “identidade quilombola”, de modo a mobilizar elementos que remetam a uma cultura e história específicas, compartilhadas pelo grupo.

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1998, que, no seu Art. 68, dispõe: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos” (BRASIL, 1988), é também motivador do processo de construção de suas identidades quilombolas, bem como a busca por direitos específicos a este tipo de comunidade.

Somada à luta pela propriedade definitiva da terra, estas e outras tantas comunidades remanescentes de quilombo espalhadas pelo território brasileiro também demandam por condições dignas de vida, com acesso à saúde, à educação, à moradia, ao saneamento básico, entre outros direitos fundamentais.

Para se ter uma idéia, a maioria das famílias das comunidades Cama Alta, São Julião e Córrego Novo vive em casas de adobe; faz uso da fossa; acessa precariamente o sistema de tratamento de água e esgoto, energia elétrica e saúde; têm preocupante situação de insegurança alimentar; possui como principais fontes de renda os programas Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada – BPC (aposentadoria a partir dos 65 anos); migra para os grandes centros, principalmente os mais jovens, e se torna mão-de-obra em atividades que exigem pouca qualificação e, por isso, são pouco remuneradas. Entre as reivindicações de seus moradores estão: posto de saúde, telefone público, melhorias nas vias de acesso (estradas), maior oferta de transporte público, posto policial, iluminação das vias públicas, maior oferta de emprego.

## **COMUNIDADES QUILOMBOLAS, ESCOLARIDADE E EDUCAÇÃO ESCOLAR**

Nas comunidades de Teófilo Otoni há um grande contingente de adultos, na faixa etária de 30 a 59 anos, com escolarização incompleta no Ensino Fundamental I (1<sup>a.</sup> a 4<sup>a.</sup> Série) e II (5<sup>a.</sup> a 8<sup>a.</sup> Série), bem como um número significativo de analfabetos, especialmente na faixa a partir dos 60 anos de idade. Entre os jovens acima de 18 anos e até 29 anos destaca-se o ensino fundamental II e o ensino médio incompletos.

Segundo relatos, os principais motivos que levam a não conclusão da escolarização pela geração mais velha são: a necessidade de trabalhar na roça com os pais; a dificuldade de acesso à escola, pois para chegar até ela, a sua época, era preciso percorrer grandes distâncias, sem poder contar com nenhum tipo de transporte, nem mesmo o escolar; a ausência de escola, tanto na própria comunidade como em seu entorno.

A necessidade de inserção no universo do trabalho, seja rural ou urbano, é ainda o grande entrave à escolarização da geração mais jovem, principalmente aquela que não concluiu o período de 5<sup>a.</sup> a 8<sup>a.</sup> série e o ensino médio. Por isso, a dificuldade de acesso à escola já não é apontada por essa geração como o principal obstáculo ao término dos estudos, pois ela conta com o transporte escolar oferecido pelo poder público local, enquanto uma das políticas do governo federal para a educação básica – “Caminho da Escola”. Essa dificuldade aparece apenas nos dias de chuva, dada à precária condição das estradas de terra.

Muitos sujeitos, de diferentes gerações, expressaram a vontade de retornar aos “bancos escolares”, demanda que sinaliza para a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA). No entanto, diferente de uma concepção tradicional de educação de jovens e adultos, restrita a um período particular da vida ou a uma finalidade circunscrita – apenas ensinar a ler e a escrever, destaca-se aqui a urgência de introdução de um novo sentido para a formação de adultos, aquele que, segundo Haddad & Di Piero (2009)

(...) compreende uma multiplicidade de processos formais e informais de aprendizagem e educação continuada ao longo da vida....uma gama diversa de atividades socioculturais, de formação para a cidadania, de qualificação e atualização para o trabalho e para a geração de renda, promovidos por

diferentes órgãos governamentais e não-governamentais, incluindo programas preventivos de saúde, de formação política e informação sobre direitos, de promoção de jovens, mulheres e idosos, capacitação de conselheiros e agentes comunitários, qualificação e atualização profissional, extensão agrícola, capacitação para o uso de recursos informáticos, aprendizagem de línguas estrangeiras, etc. (p. 29).

Logo, para além de uma educação compensatória, que funcionaria como instrumento de reposição de estudos não realizados na infância ou adolescência (DI PIERRO, 2005), a Educação de Jovens e Adultos deve estar associada à formação profissional e sociocultural.

Uma postura semelhante também é assumida pelo Parecer CNE/CEB 16/2012, que institui as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola:

(...) a EJA deve atender às realidades socioculturais e aos interesses das comunidades quilombolas, vinculando-se a seus projetos de vida. A proposta pedagógica da EJA deverá ser contextualizada de acordo com as questões históricas, sociais, políticas, culturais e econômicas das comunidades quilombolas. (...) As propostas educativas de EJA na Educação Escolar Quilombola deverão ser realizadas numa perspectiva de formação ampla, favorecendo também o desenvolvimento de uma Educação Profissional que possibilite aos jovens, aos adultos e aos idosos quilombolas atuarem nas atividades socioeconômicas e culturais de suas comunidades com vistas ao fortalecimento do protagonismo quilombola e da sustentabilidade de seus territórios. Nesse sentido, a EJA se articula à Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Tal articulação deverá considerar os princípios de uma formação ampla, o etnodesenvolvimento, a sustentabilidade socioambiental e o respeito à diversidade dos estudantes, considerando-se as formas de organização das comunidades quilombolas e suas diferenças sociais, regionais políticas, econômicas e culturais. (BRASIL, 2012, p.31/32)

Traço comum à Cama Alta e à Córrego Novo é o fato de nenhuma delas possuir uma escola que seja da comunidade e que esteja na comunidade, ao contrário da São Julião. Nela, o período de escolarização vai do 1º. ao 5º.ano (ou da 1ª. a 4ª. série), com uma sala multisseriada, ou seja, várias séries numa mesma sala, distribuídas no horário da manhã e da tarde. Como ela não

oferece o ensino fundamental de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup>. série (ou 6<sup>o</sup>. ao 9<sup>o</sup>. Ano) e nem o ensino médio, os jovens freqüentam, na parte da tarde, duas escolas distritais (uma de ensino fundamental e a outra de ensino médio).

Embora reconhecida como escola quilombola, com recurso repassado pela Secretaria Municipal de Educação do município de Teófilo Otoni, ela ainda não pratica uma educação diferenciada (ou educação escolar quilombola) focada na identidade étnico-racial, na história e cultura da África e Afro-brasileira (Lei 10639/2003) e nas questões que envolvem território e territorialidade. Há na escola dessa comunidade uma incipiente ação educativa que articule o saber tido como universal e aquele que lhe é próprio, enquanto negra, rural e quilombola.

A escola freqüentada por crianças, adolescentes e jovens da Cama Alta ter realizou algumas atividades relacionadas à “cultura negra” ou a alguns traços dela, tomando como referência a Folia de Reis de São Julião. Entretanto, não foi observado nenhum trabalho que, de forma contínua, fosse de encontro às Diretrizes Curriculares Para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino da História e Cultura da África e afro-brasileira (Parecer CNE/CP no. 0003/2004). Tampouco foram desenvolvidas atividades aprofundadas que considerassem como matéria-prima os saberes e práticas que já trazem as crianças e os jovens “quilombolas”.

A elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Escolar Quilombola (Parecer CNE/CEB 16/2012) vem contribuir para que haja a efetiva implantação de uma educação escolar quilombola na escola de São Julião e de tantas outras comunidades remanescentes de quilombo, bem como naquelas escolas que atendem alunos oriundos desses comunidades. Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (p. 42 apud BRASIL, 2012, p.1)

E, de acordo com a Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010), ela deve:

- a) Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional.
- b) Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local.
- c) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/às profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo.
- d) Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados.
- e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas.
- f) Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização.
- g) Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.
- h) Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas. (CONAE, 2010, p. 131-132, apud BRASIL, 2012, p.2)

Os princípios constitutivos das Diretrizes Para a Educação Escolar Quilombola destacam, portanto, a necessidade de: formação de professores não apenas para a aquisição de conhecimento acerca da história e cultura da África e afro-brasileira, mas também para a reeducação de posturas e mentalidades racistas que anulam as diferenças em suas potencialidades, assim como também consta do Parecer CNE/CP 003/2004; e de uma educação focada num grupo específico – negro e quilombola -, que articule o currículo escolar com temas comuns aos quilombolas, tais como terra, territorialidade, identidade e história e cultura afro-brasileiras, que entre outros conhecimentos traz a história dos quilombos do passado e do presente.

## **EDUCAÇÃO ESCOLAR NO PROJETO DE VIDA DOS JOVENS QUILOMBOLAS**

Entre os jovens quilombolas das comunidades Cama Alta, Córrego Novo e São Julião participantes da pesquisa acerca dos projetos de vida, todos eles ainda cursando o ensino fundamental ou médio, atribui-se grande importância ao papel da educação escolar na conquista de uma profissão que venha a possibilitar melhores condições de vida para suas famílias (a dos pais ou parentes mais próximos e aquela que poderão constituir). Muitos deles desejam se tornar professores, veterinários, engenheiros, e, para isso, consideram que devem se dedicar aos estudos. O apoio da família também se mostra imprescindível para a efetivação desse desejo.

A educação escolar se faz importante para a sociedade em geral, no entanto, a escolarização e a dedicação aos estudos sempre foram vistas como solução para o “problema do negro”, uma via de ascensão social que possibilitaria a isenção de experiências com a discriminação racial, e, sobretudo, “sair do lugar” socialmente atribuído ao negro (PEREIRA, 1987; BARBOSA, 1978).

Embora desejem algumas das profissões que conferem *status social*, especialmente nos grandes centros urbanos, alguns jovens não vêem como alcançá-las, e, por isso, visualizam atividades que os mantenham no rural, mas com certos privilégios, tais como vaqueiro e fazendeiro.

Muitos deles expressam a vontade de, por meio dos estudos e do exercício da profissão escolhida, viver fora da comunidade. Nenhum considerou a possibilidade de exercer a profissão no interior da comunidade quilombola, como forma de reverter os conhecimentos adquiridos em prol da própria comunidade.

Tal perspectiva foi apontada por uma das lideranças da São Julião, que, muito preocupada com o êxodo rural das gerações mais jovens, considera necessária a permanência, já que a luta travada para a demarcação do território quilombola tem como um dos seus propósitos garantir um pedaço de terra a essas gerações, no lugar onde é construída toda a lógica de vida que faz da São Julião uma comunidade.

A população jovem das três comunidades remanescentes de quilombo de Teófilo Otoni está motivada a migrar para os grandes centros urbanos, tais como Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, para trabalhar em atividades residuais da economia ou nas safras de produtos sazonais.

Mesmo entre os jovens da pesquisa, ainda em fase de escolarização, encontramos aqueles que se ausentam da escola por um período de aproximadamente três meses para trabalhar na colheita de café, no Espírito Santo.

No caso daqueles que permanecem nas comunidades, a maioria se dedica às atividades rurais locais, especialmente nas terras do entorno, e pelos trabalhos de capinagem, retirada do leite das vacas, dentre outros, recebem uma pequena quantia por serviço prestado.

Se por um lado a educação escolar é tida pelos jovens como meio de melhores condições de vida, através do exercício de uma profissão, e de saída da comunidade, por outro lado ela também se mostra um obstáculo à concretização de seus projetos de vida. Essa contradição é percebida na descrição acerca da falta de estrutura das escolas frequentadas por eles, física e de recursos humanos.

Por se tratarem de escolas rurais, muitas delas não apresentam condições adequadas de funcionamento (salas de aula, laboratórios de informática, bibliotecas, etc), tampouco professores para todas as disciplinas da grade curricular. Com isso, pressupõe-se um comprometimento da qualidade do ensino.

Apesar da importância atribuída à escola e aos estudos, alguns jovens expressaram sua desmotivação frente a conteúdos que se mostram difíceis, especialmente aqueles referentes às disciplinas de Português e Matemática, e/ou sem sentido, pois não associados às suas experiências e cotidianidade.

Esses jovens parecem não ter clareza acerca da possibilidade de uma educação escolar quilombola (Parecer CNE/CEB 16/2012) que articule saberes tidos como universais e saberes que dão ênfase à identidade étnico-racial, a história e cultura da África e Afro-brasileira (Lei 10639/2003) e às questões

que envolvem território e territorialidade, próprios à condição de negro, rural e quilombola.

Uma remota percepção aparece no desejo de uma das lideranças da comunidade São Julião muito envolvida com a educação oferecida pela escola existente na comunidade, do 1º. ao 5º. Ano, e angustiada com aquela ofertada fora dela, nas escolas do entorno que atendem os jovens do 6º ao 9º. Ano e do ensino médio.

Para ela, a comunidade deveria ser um grande “internato” rural, com educação profissionalizante e aplicada na própria comunidade, com conteúdos que fizessem sentido e tivessem significado para os jovens, e articulação com a história de origem e cultura afro-brasileira da comunidade. Embora não conhecedora das Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola, seu desejo vai de encontro com as suas proposições. Fica o desafio de concretizá-lo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A história da educação do negro no Brasil é marcada, por um lado, pela interdição do acesso à educação formal, particularmente durante o período da escravidão até a década de 1950, quando há sua universalização. E, por outro lado, pela busca de oportunidades educacionais, tais como recentemente registradas na História da Educação, principalmente através de estudos realizados por pesquisadores negros. Há informações de que existiram experiências escolares vividas por ex-escravos ainda no sistema escravocrata, seja na educação escolar formal, por serem alguns deles “protegidos” de seus senhores, seja na educação informal, tal como a instrução religiosa oferecida por padres. No pós-abolição, no período que vai do final do século XIX até os anos a 1960, a educação do negro, e pelo negro, foi promovida, sobretudo, pelas organizações políticas negras nas sociedades dançantes e clubes recreativos; nas associações beneficentes; na Frente Negra Brasileira, que não se restringiu apenas à escolarização, mas também buscou a formação política de futuras lideranças; no Teatro Negro Brasileiro (TEN); dentre outros espaços negros.

No contexto do século XXI, as organizações negras e quilombolas, ainda buscam oportunidades educacionais. Transformam suas demandas em políticas públicas educacionais, como forma de garantir a permanência do alunado negro e remanescente de quilombo na educação básica, bem como o acesso e permanência no ensino superior, tomando como base as diretrizes que norteiam, principalmente, a educação para as relações étnico-raciais (Parecer CNE 003/2004) e a educação escolar quilombola (Parecer CNE 16/2012).

## REFERÊNCIAS

ARRUTI, José M. A. O quilombo conceitual: para uma sociologia do artigo 68 do ADCT. In: Texto pra discussão: Projeto Egbé – Territórios negros (KOINONIA), 2003.

BARBOSA, Irene Maria Ferreira. *Socialização e relações raciais: um estudo de famílias negras em Campinas*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, 1978.

BORGES PEREIRA, João Baptista. A criança negra: identidade étnica e socialização. *Cadernos de Pesquisa*, n.63, PP.41-45, nov/1987.

BRASIL 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Senado.

BRASIL. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Etnicorraciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana*. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola*. Parecer CNE/CEB no.16/2012. Brasília/DF: CNE, 2012.

CEDEFES. *Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI: história e resistência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 92, p.1115-1139, out/2005.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Aprendizagem de Jovens e Adultos: avaliação da década da educação para todos. *São Paulo em Perspectiva*, 14 (1), 2000.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org.). *Lembranças da Terra: Histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Cedefes: 2007, s/n.

SILVA, Eva Aparecida da (*et al*). Comunidades remanescentes de quilombo do Vale do Mucuri: conhecer para transformar. *Relatório técnico*. FAPEMIG, 2010.